



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — Nº 132

CAPITAL FEDERAL

TERÇA FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 1961

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Sessões conjuntas convocadas para apreciação de vetos presidenciais

Dia 22:

— veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei (nº 3.891, de 1958, na Câmara e nº 130, de 1959, no Senado) que institui o "Dia do Trabalhador nas Minas de Carvão";

Dia 23:

— veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei (nº 1.919, de 1960, na Câmara dos Deputados e nº 91, de 1961, no Senado) que eleva a contri-

bulção estabelecida pela Lei nº 3.039, de 20 de dezembro de 1956 as empresas de transporte aéreo que explorem linhas dentro do País, para reaparelhamento de material de voo.

Senado Federal, 31 de julho de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente: Senador Moura Andrade.
1º Secretário: Senador Cunha Mello.
2º Secretário: Senador Gilberto Marinho.
3º Secretário: Senador Argemiro Figueiredo.
4º Secretário: Senador Novaes Filho.
1º Suplente: Senador Mathias Olympio.
2º Suplente: Senador Guido Mondim.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líderes: Lima Teixeira e Nogueira da Gama.

Da Minoria

Líder:

Vice-Líderes:

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Valladares.
Vice-Líderes: Gaspar Jaques e Victorino Freire.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Barros de Carvalho.
Vice-Líderes: Nelson Maculan, Fausto Caoral e Arlindo Rodrigues.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.
Vice-Líderes: Rui Palmeira — Daniel Krieger — Heribaldo Vieira.

SENADO FEDERAL

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Mem de Sá.

Vice-Líder: Aloísio de Carvalho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Mendonça Clark.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente.

Cunha Mello.

Gilberto Marinho.

Argemiro Figueiredo.

Novaes Filho.

Mathias Olympio.

Guido Mondim.

Secretário: Evandro Mendes Viara.

Dirigente-Geral substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Jefferson da Aguiar, Presidente (PSD).

Daniel Krieger, Vice-Presidente (UDN).

Venâncio Igrejas (UDN).

Milton Campos (UDN).

Heribaldo Vieira (UDN).

Silvestre Péricles (PSD).

Ruy Carneiro (PSD).

Lourival Fontes (PTB).

Nogueira da Gama (PTB).

Barros Carvalho (PTB).

Aloísio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Rui Palmeira (UDN).

2. Freitas Cavalcanti (UDN).

3. João Arruda (UDN).

4. Joac Villasboas (UDN).

1. Ary Vianna (PSD).

2. Benedito Valladares (PSD).

3. Francisco Gallotti (PSD).

1. Lima Teixeira (PTB).

2. Vivaldo Lima (PTB).

3. Miguel Couto (PTB).

1. Mem de Sá.

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Gaspar Vianna, Presidente (PSD).

Fausto Caoral, Vice-Presidente (PTB).

Fernandes Távora (UDN).

Sérgio Marinho (UDN).

Dei Cere (UDN).

Joac Arruda (UDN).

Antônio Guimarães (PSD).

Leonor da Silveira (PSD).

Nogueira da Gama (PTB).

SUPLENTE

1. Mourão Vieira (UDN).

2. Joaquim Parente (UDN).

3. Irineu Bornhausen (UDN).

4. Ovidio Teixeira (UDN).

1. Eugênio Barros (PSD).

2. Francisco Gallotti (PSD).

1. Lima Teixeira (PTB).

2. Saulo Ramos (PTB).

3. Sebastião Archer (PSD).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas.

Aloísio de Carvalho (PL).

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Menezes Pimentel, Presidente (PSD).

Padre Calazans, Vice-Presidente (UDN).

Reginaldo Fernandes (UDN).

Jarbas Maranhão (PSD).

Saulo Ramos (PTB).

Arlindo Rodrigues (PTB).

Mem de Sá (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).

2. Lino de Mattos (UDN).

1. Lobão da Silveira (PSD).

2. Paulo Fernandes (PSD).

1. Paulo Fender (PTB).

2. Lima Teixeira (PTB).

1. Aloísio de Carvalho (PL).

Secretária: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Freitas Cavalcanti — Presidente — UDN.
 Ary Vianna — Vice-Presidente — PSD.
 Irineu Bornhausen — UDN.
 Daniel Krieger — UDN.
 Fernandes Távora — UDN.
 Dix-Huit Rosado — UDN.
 Lopes da Costa — UDN.
 Gaspar Veloso — PSD.
 Nogueira da Gama — PTB.
 Lobão da Silveira — PSD.
 Barros Carvalho — PTB.
 Vitorino Freire — PSD.
 Eugênio Barros — PSD.
 Mem de Sá — PL.
 Fausto Cabral — PTB.
 Filinto Müller — PSD.
 Saulo Ramos — PTB.

SUPLENTE

1. Milton Campos — UDN.
 2. Joaquim Parente — UDN.
 3. Ruy Carneiro — UDN.
 4. Coimbra Bueno — UDN.
 5. João Arruda — UDN.
 6. Del Caro — UDN.

1. Silvestre Péricles — PSD.
 2. Ruy Carneiro — PSD.
 3. Jarbas Maranhão — PSD.
 4. Menezes Pimentel — PSD.
 5. Pedro Ludovico — PSD.
 6. Vivaldo Lima — PTB.

2. Arlindo Rodrigues — PTB.
 3. Paulo Pender — PTB.
 4. Lima Teixeira — PTB.

1. Aloisio de Carvalho — PL.
 Secretário: Renato de Almeida Chermont — Oficial Legislativo.
 Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Lima Teixeira Presidente (PTB).
 Ruy Carneiro, Vice-Presidente — (PSD).
 Venâncio Igrejas (UDN).
 Mourão Vieira (UDN).
 Lino de Matos (UDN).
 Menezes Pimentel (PSD).
 Miguel Couto (PTB).
 Francisco Gallotti (PSD).
 Paulo Pender (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
 2. Padre Calazans (UDN).
 3. Heribaldo Vieira (UDN).
 1. Paulo Fernandes (PSD).
 2. Lobão da Silveira (PSD).
 3. Sebastião Archer (PSD).
 1. Barros Carvalho (PTB).
 2. Lourival Fontes (PTB).
 3. Arlindo Rodrigues (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 80,00
 Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Semestre Cr\$ 136,00
 Ano Cr\$ 163,20

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 89,00
 Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Semestre Cr\$ 108,00
 Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esolacrecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, caber-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissão de Redação

TITULARES

Francisco Gallotti, Presidente — (PSD).
 Sérgio Mário, Vice-Presidente — (UDN).

Venâncio Igrejas (UDN).

Ary Vianna (PSD).

Lourival Fontes (PTB).

SUPLENTE

1. Padre Calazans (UDN).

2. Daniel Krieger (UDN).

1. Menezes Pimentel (PSD).

2. Ruy Carneiro (PSD).

1. Paulo Pender (PTB).

Secretária: Vera de Alvarenga Matos — Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Vivaldo Lima, Presidente (PTB).
 Rui Palmeira, Vice-Presidente — (UDN).

Daniel Krieger — (UDN).

Heribaldo Vieira — (UDN).

Benedicto Valadares — (PSD).

Paulo Fernandes — (PSD).

Lourival Fontes — (PTB).

Aloisio de Carvalho — (PL).

Gaspar Veloso — (PSD).

SUPLENTE

1. Milton Campos — (UDN).

1. Venâncio Igrejas — (UDN).

3. Freitas Cavalcanti — (UDN).

1. Menezes Pimentel — (PSD).

1. Mem de Sá — (PL).

2. Jefferson de Aguiar — (PSD).

3. Ary Vianna — (PSD).

1. Fausto Cabral — (PTB).
 2. Barros Carvalho — (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Reginaldo Fernandes, Presidente — (UDN).

Alô Guimarães, Vice-Presidente — (PSD).

Fernandes Távora (UDN).

Pedro Ludovico (PSD).

Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).

2. Lopes da Costa (UDN).

1. Eugênio Barros (PSD).

2. Jarbas Maranhão (PSD).

1. Miguel Couto (PTB).

Secretária: Maria de Lurdes Oliveira Rodrigues, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quinta-feira, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Zacharias de Assumpção, Presidente — (UDN).

Jarbas Maranhão, Vice-Presidente — (PSD).

Sérgio Marinho (UDN).

Jefferson de Aguiar (PSD).

Francisco Gallotti (PSD).

Miguel Couto (PTB).

Arlindo Rodrigues (PTB).

SUPLENTE

1. Fernandes Távora (UDN).

2. Dix-Huit Rosado (UDN).

1. Silvestre Péricles (PSD).

2. Ruy Carneiro (PSD).

3. Jorge Maynard (PSP).

1. Saulo Ramos (PTB).

3. Nelson Maculan (PTB).

Secretária: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Daniel Krieger — Presidente (UDN).
 Jarbas Maranhão — Vice-Presidente — PSD.

Joaquim Parente (UDN).

Sebastião Archer (PSD).

Paulo Pender (PTB).

Miguel Couto (PTB).

Aloisio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).

2. Padre Calazans (UDN).

1. Ruy Carneiro (PSD).

2. Benedito Valadares (PSD).

1. Nelson Maculan (PTB).

2. Fausto Cabral — (PTB).

1. Mem de Sá (PL).

Secretária: Italina Cruz Alves, Oficial Legislativo.

Reuniões: Sextas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes

Comunicações e Obras Públicas

Titulares:

Jorge Maynard — Presidente (PSP).
 Lino de Matos — Vice-Presidente (UDN).

Coimbra Bueno (UDN).

Vitorino Freire (PSD).

Fausto Cabral (PTB).

Suplentes:

UDN

1 — Sérgio Marinho

2 — João Arruda

PSD

1 — Jefferson Aguiar

2 — Eugênio Barros

PTB

1 — Nelson Maculan

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caca e Pesca

Titulares:

Nelson Maculan — Presidente (PTB).
 Eugênio Barros — Vice-Presidente (PSD).

Ovidio Teixeira (UDN).

Mourão Vieira (UDN).

Alô Guimarães (PSD).

Paulo Fernandes (PSD).

Nogueira da Gama (PTB).

Suplentes:

UDN

1 — Lopes da Costa

2 — Joaquim Parente

PSD

1 — Pedro Ludovico

2 — Lobão da Silveira

3 — Francisco Gallotti

PTB

1 — Saulo Ramos

2 — Lima Teixeira

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Atas das Comissões

Comissão de Constituição e Justiça

25ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 1961

Aos vinte e seis dias do mês de julho, do ano de mil novecentos e sessenta e um, às 17 horas, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Jefferson de Aguiar, presentes os Senhores Nogueira da Gama, Milton Campos, Lima Teixeira, Aloysio de Carvalho e os Senhores Suplentes Benedito Valladares e Brasília Celestino.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Senhores Daniel Krieger, Barros de Carvalho, Silvestre Péricles, e Vênancio Igrejas, Heribaldo Vieira e Ruy Carneiro.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior, que, a seguir, é aprovada.

O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Milton Campos que oferece parecer favorável, aprovação pela Comissão, ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1961, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 950.000.000,00, para atender a despesas decorrentes da execução da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960.

A seguir, o Senhor Aloysio de Carvalho opina pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1961, que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para ocorrer às despesas com a realização do Quarto Congresso Brasileiro de Ensino da Matemática, a efetuar-se em Belém — Estado do Pará.

Em discussão e pôsto a votos, é o parecer aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiya, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

26ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE JULHO DE 1961

(Extraordinária)

Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de mil novecentos e sessenta e um, às quinze horas, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Jefferson de Aguiar, Presidente, presentes os Srs. Daniel Krieger, Silvestre Péricles, Aloysio de Carvalho, Nogueira da Gama, Milton Campos, Heribaldo Vieira e os Srs. Suplentes, Ary Vianna e Brasília Celestino, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Ruy Carneiro, Barros de Carvalho, Lourival Fontes e Vênancio Igrejas.

E' aprovada a ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Daniel Krieger que apresenta os seguintes pareceres, aprovados pela Comissão:

— favorável, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1961, que aplica aos trabalhadores rodoviários dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho;

— favorável, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1961, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — Comissão Executiva, da Rodovia Belém-Brasília, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000,00 destinado, à complementação das obras de implantação da rodovia Belém-Brasília, e dá outras providências;

— contrário, por inconstitucional, Projeto de Lei do Senado nº 20, de

1956, que dispõe sobre as promoções da Polícia Militar do Distrito Federal;

— contrário, à Indicação nº 1 de 1960, no sentido de ser aplicada a Resolução nº 19, de 1950, também aos professores assistentes do ensino superior, que hajam sido ferivados em virtude da Lei nas Faculdades federalizadas.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiya, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 124ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA, EM 14 DE AGOSTO DE 1961

PRESIDÊNCIA DO SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Paulo Fender. — Zacharias de Assumpção. — Sebastião Archer. — Leonidas Mello. — Muthias Olympio. — Joaquim Paente. — Fausto Cabral. — Fernandes Távora. — Menezes Pimentel. — Argemiro de Figueiredo. — João Arruda. — Novas Filho. — Jcrbas Maranhão. — Lourival Fontes. — Jorge Maynard. — Heribaldo Vieira. — Ovidio Teixeira. — Lima Teixeira. — Aloysio de Carvalho. — Lima de Mattos. — João Villasboas. — Gaspar Velasco. — Saulo Ramos. — Brasília Celestino.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 24 Srs. Senadores. Havendo numero legal, declaro aberta a sessão.

Val ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

Não há, sobre a m.e.a., expediente para leitura.

Tem a palavra o nobre Senador Novas Filho, primeiro orador inscrito.

O SR. NOVAES FILHO:

(Não foi revisto pelo orador). — Sr. Presidente, nas justas comemorações euclidianas, junto a minha voz ao coro que celebra o esplendor e o espírito de brasilidade da obra de Euclides da Cunha.

O infortunio abateu sobre esse brasileiro que tanto sonou e rone dignificar a nossa inteligência e a nossa cultura.

Essa circunstância, criou, em derrador do seu nome um anônimo de ternura que há de durar sempre.

Nêle o difícil é fixar qual o melhor, o mais brilhante, o mais patriota, se o sertanista, o geólogo, o etnólogo, o historiador, o paisagista ou o professor.

O nome de Euclides da Cunha deve ser lembrado para que as nossas gerações penetrem a pureza do seu pensamento impregnado de um nacionalismo sadio, através de suas obras, "Os Sertões", "A Margem da História", "Contrastes e Confrontos", "Peru versus Bolívia", e outros trabalhos magníficos que ele legou à meditação e ao exame dos brasileiros, das gerações que chegam sucedendo às que desaparecem.

Hoje, quando tanto se fala de problemas que se ligam ao nome e ao meio, a obra de Euclides da Cunha tem um sentido vivo de oportunidade e de aplicação para os que estudam e investigam questões de tão alto interesse.

O seu nacionalismo conduzia-se dentro de concepções altas e certas,

aspirando reformas, adiantamento, trabalho e produção para todos os quadrantes da Pátria, sem demagogia e sem ódios a outros povos.

Puras eram as suas idéias e pura a sua alma nacionalista isenta de sentimentos ocultos de combates a alguns países, só e só pelo desejo de jogar o Brasil à ideologia, às opressões e à repulsa de condições duras.

Quem leu e sentiu o pensamento patriótico e nacionalista de Euclides da Cunha nas páginas que se escreveu com tanta grandeza mental com tanta grandeza política e se alcança social, sente repulsa em face de alguns pregoeiros nacionalistas falsos e incapazes. Sua pregação era uma realidade sem toques de romances, sem abstrações.

Tinha em alta conta a colaboração do velho mundo e via com a maior confiança a solidariedade do mundo novo.

Sr. Presidente, sempre coloco Euclides da Cunha, na minha exaltação de brasileiro, ao lado de Joaquim Nabuco e de Rio Branco; verifico que esses três grandes patriotas estão ainda atualizados no estudo dos problemas que hoje se apitam.

O Sr. Paulo Fender — Permite V. Exª um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com muito prazer.

O Sr. Paulo Fender — E-me grato apartear V. Exª, quando faz o elogio de Euclides da Cunha, através de suas palavras sempre eruditas.

O SR. NOVAES FILHO — E' bondade de V. Exª.

O Sr. Paulo Fender — V. Exª celebra, realmente, o perfil de um grande brasileiro. Nós, do Norte, parece, temos uma forte inclinação euclidianas. Não há homem do Norte que tenha perquirido o mundo nas letras, sobretudo em sentido sociológico, que não venere a figura do grande brasileiro, que a fatalidade abateu antes que pudesse desenvolver, na plenitude o seu gênio. Como homem da Amazônia, sou grato a Euclides nos seus livros "A Margem da História" e "Peru x Bolívia"; anão ele pelo vale todo, e destinado para honrosa missão no Ministério das Relações Exteriores, onde Rio Branco o admirava e tinha por ele um amor quase paternal. Euclides da Cunha fixou o aspecto da Amazônia que até hoje constitui motivos de estudo da sociologia do meio. Por consequente, Senhor Senador, eu me edifico com as palavras de V. Exª, e recuo ao tempo da juventude, quando fazia de "Os Sertões" o meu livro de cabeceira, quando meditava sobre aquela frase final, em que Euclides diz: "Pera é que não haja leis para os crimes das nacionalidades", e quando dizia: "Fechemos este livro, Canudos não se renderá!" Este o nacionalista bravo, que V. Exª fixa tão bem, através do seu discurso, nacionalista e republicano. Permite V. Exª, a propósito, que lembre o episódio: Quando Cadete, no primeiro movimento da República que se fazia, e o Governo Imperial, por assim dizer, tinha a prova a fidelidade ao Império dos Cadetes da Escola Militar, que formados em fila indiana ofereciam-se a uma revista imperial. Euclides da Cunha, quebrando a disciplina, mas escravo da emoção patriótica sempre o possuiu, dá um passo à frente, e exclama: "Viva a República". Era a sua exclusão da Escola Militar, como rebelde, mas era a sua consagração como dos mais lindos patriotas da pátria, que acalentava no coração aquelas sonhos de Liberdade que fazem até hoje a nossa grandeza de povo republicano perante a História do Mundo.

O SR. NOVAES FILHO — Muito grato ao aparte do eminente senhor de Mattos.

panheiro Senador Paulo Fender, representante do Estado do Pará. Realmente, sobre qualquer faceta que se estude a personalidade de Euclides da Cunha, ele se eleva no nosso conceito e na nossa admiração pela pureza de ideais e sobretudo pelo grande caminho que abriu, através de sua inteligência e de sua cultura, ao estudo e à meditação das gerações novas do Brasil.

Diz muito o nobre Senador Paulo Fender que Euclides da Cunha deixou, em páginas memoráveis, contribuições sobre o extremo Norte sobre a região amazônica ainda hoje bem vivas e bem vividas. Disse V. Exª muito bem, como nós, nordestinos, diremos também, Sr. Presidente, que em "Os Sertões" ele soube retratar sobretudo a alma da gente de nossa região, ao afirmar que o sertanejo era, além de tudo, um forte. Porque realmente os sofrimentos, aquelas caminhadas penosas de homens com suas famílias, tangidos por estradas desconhecidas devido ao rigor das secas, nada, nada enfraquece a tempera do sertanejo para fazê-lo criar sentimentos hostis à terra em que nasceu, ou ser conduzido pelo sofrimento, pela adversidade, a esposar outros ideais senão aqueles que firmaram dentro dele a sua personalidade.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exª um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Ouvirei com muito prazer o aparte de V. Exª.

O Sr. Fernandes Távora — De todas as qualidades que V. Exª louva em Euclides da Cunha, nenhuma como a do paisagista. Na literatura brasileira, nunca apareceu alguém que descrevesse tão bem as nossas paisagens e as classificasse e eternizasse nos seus livros; ninguém, como ele, descreveu o sertão nordestino, na "Campanha de Canudos"; ninguém, como ele, descreveu os caucheiros e os seringueiros atravessando a Amazônia. Quem, como eu, conhece aquelas terras, aquela imensidade de águas e de florestas, não pode esquecer jamais o panorama descrito por Euclides da Cunha, nos seus livros que são eternos, como "A Margem da História" e outros iguais. Descrevendo o sertanejo, disse o que ele era: um forte; falando dos conquistadores da Amazônia, ele descreveu os camponeses bronzados que realizaram a maior epopeia da conquista pacífica dos povos. Foi, por consequente, o homem que eternizou uma raça, que disse aquilo que jamais pereceria.

O SR. NOVAES FILHO — Sou muito grato ao aparte do eminente representante do Ceará, que resalta um dos ângulos mais fascinantes da personalidade de escritor de Euclides da Cunha, a que aliado ao conteúdo desta modesta homenagem que lhe rendo, ao ensino das comemorações "Euclidianas" — a do nacionalista.

Diz bem o Senador Fernandes Távora que Euclides da Cunha sabia fazer a descrição colorida e a de beleza e vivacidade, e sobretudo realística. Nos quadros que apresentava através da sua pena admirável o escritor e sobretudo de um brasileiro.

Sr. Presidente sinto-me feliz ao pronunciar estas simples palavras: pois desde a mocidade, sou verdadeiro apaixonado pela obra de Euclides da Cunha. Il frase a frase, tudo o que Euclides da Cunha deixou ao Brasil inteligente, ao Brasil do futuro ao Brasil que hoje busca na sua obra ensinamentos magníficos, sobretudo aqueles a que já aliudi, ensinamentos puros e elevados, a indicar como deve ser o brasileiro autêntico nacionalista, no alto e nobre estilo de Euclides da Cunha.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a ação política, objetiva, realista, prática, concreta do Presidente Jânio Quadros, começa a produzir resultados também no plano internacional.

A velha diplomacia de punhos rendados sofre, no atual Governo, golpe de morte; está liquidada. A diplomacia atual é de ação, de objetividade, de alcance prático.

Verificamos esses resultados ainda agora, com as notícias que chegam de Punta del Este no Uruguai, onde se realiza a Conferência Internacional Interamericana Econômico-Social. A Delegação Brasileira merece os aplausos da consciência nacional, pois conseguiu verdadeira liderança naquele conclave internacional. Basta termos presente que grande parte, a maioria absoluta das decisões alcançadas no Congresso foi debatida, discutida, examinada e deliberada na sala de reuniões dos representantes brasileiros.

Gostaria mesmo, Sr. Presidente, de pedir à imprensa que transmita lá fora à opinião pública os trabalhos desta Casa, atenção especial para os resultados da referida Conferência.

Estou lembrado, e a Casa também, de que, algumas vezes, examinando problemas internacionais, tivemos ensejo de chamar a atenção das autoridades norte-americanas para o tratamento pouco amistoso que, no passado, se dispensava à América Latina.

Certa feita, quando o Presidente Juscelino Kubitschek deixava o Brasil rumo à Conferência do Panamá, se não me falha a memória, em julho de 1956, ocupei a tribuna, sendo honrado então com numerosos apertes, a fim de chamar a atenção dos representantes brasileiros àquela Conferência para o fato de que a nós, os da América Latina, não bastavam conchaves de sentido social, quando se pretendia, como no caso do Panamá, prestar homenagem a Bolívar. O que os latinos da América do Sul e da América Central desejavam era precisamente que nossos vizinhos da América do Norte exornassem bem seu comportamento em relação à Europa, depois da Segunda Guerra e seu comportamento com relação à América Latina.

Nessa ocasião mostrava eu que, a pretexto de amparar alguns países europeus, numa espécie de compensação pelo esforço de guerra, os norte-americanos lhes haviam destinado, pelo "Plano Marshall", a quantia de doze e meio bilhões de dólares! Com essa fabulosa importância, em recursos de várias ordens, puderam países como a Alemanha, a Itália e a França, para citar apenas as três principais vítimas da guerra, bem como a Inglaterra, em tempo relativamente pequeno, restabelecer-se e voltar à normalidade, como nações de primeira grandeza. Entretanto, boa parte desses recursos que os norte-americanos destinavam aos países europeus, sob o pretexto de facilitar-lhes as construções de guerra, eram enviados para as colônias africanas onde magnatas procuravam, no plantio de café, no desenvolvimento da produção de cacau e de outros produtos, concorrer com o Brasil e estabelecer desigualdade no mercado internacional entre o que produzíamos e aquilo que era produzido graças aos esforços dos norte-americanos.

Sentíamos que esse tratamento precisava ser modificado. Recordo-me ainda de que, em outra oportunidade quando passava pelo Brasil o Vice-Presidente norte-americano Richard Nixon — e o ilustre homem público, posteriormente, percorrendo países americanos, foi agredido em algumas cidades, e até mesmo apedrejado, em Caracas — chamávamos a atenção para o fato de não representarmos tais manifestações qualquer sentimento de ociosidade dos latino-americanos

para com os nossos vizinhos do Norte. Antes, significavam um protesto pela incompreensão com que nos tratavam, relegando-nos ao esquecimento enquanto davam todo amparo aos povos da Europa.

A esse propósito, ainda recentemente ocupamos a tribuna para externar nossa esperança de que desta feita, graças à orientação do Presidente Jânio Quadros — e S. Exa. tem o dom extraordinário de ser onipresente em todos os momentos em que se debatem problemas que de perto interessam à nossa Pátria e à Humanidade — a Conferência do Uruguai tenha resultado diferente das realizadas no Panamá, em Bogotá e no Rio de Janeiro, em Quitandinha.

Essa nossa esperança, também aqui manifestada pelo nobre Senador Saulo Ramos, que proferiu discurso no mesmo sentido, vai se transformando em realidade graças à orientação política e à atuação objetiva e prática de nossa Delegação à Conferência do Uruguai.

A fim de que a opinião pública, através da Imprensa, tenha idéia da importância dos resultados práticos que vimos obtendo, lembro apenas um, só para cotejo: o Plano Marshall de Auxílio à Europa distribuiu, como colaboração dos norte-americanos, a importância de doze e meio bilhões de dólares. A Conferência de Punta del Este aprovou — pelo menos os norte-americanos já concordaram — como colaboração para o desenvolvimento dos países da América Latina, a contribuição de vinte bilhões de dólares! Precisamente sete e meio bilhões de dólares mais do que os destinados à reconstrução da Europa, após a Segunda Guerra Mundial.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Pois não.

O Sr. Lima Teixeira — Esses vinte bilhões estão na dependência da aprovação do Congresso Nacional americano tanto assim que, quando os pequenos países se revoltaram e pleitearam quinhentos milhões de dólares, não foi possível à Delegação dos Estados Unidos atender, de imediato, essa pretensão. Também essa quantia depende de aprovação pelo Congresso Nacional da grande Nação irmã.

O SR. LINO DE MATTOS — Nobre Senador Lima Teixeira, exatamente por sabermos que a tarefa não está completa é que ocupamos a tribuna, na conexão de que esta Casa do Congresso Nacional fará com que a Casa congênere norte-americana compreenda que os nossos aplausos aos resultados da Conferência do Uruguai significam a antecipação dos nossos aplausos ao Parlamento norte-americano que, por certo, não deixará de aprovar a medida.

Em última análise, não se trata de nenhum favor, de nenhuma esmola para os latino-americanos, mas de ato de compreensão a fim de que os vinte países da América Latina se integrem na economia do continente americano.

O Sr. Lima Teixeira — O nobre orador permite um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Pois não.

O Sr. Lima Teixeira — Os empréstimos estão condicionados à apresentação, por parte de cada País, de um programa que será submetido a uma comissão. Esta opinará sobre a conveniência ou não da aplicação do empréstimo.

O SR. LINO DE MATTOS — É uma das condições para a efetivação do empréstimo.

O Sr. Novais Filho — Condição indispensável.

O SR. LINO DE MATTOS — Indispensável porque, conforme frisei anteriormente, não estamos de chapéu na mão pleiteando favores; não estamos pedindo dinheiro doado.

O Sr. Novais Filho — E não para aplicações fáceis e escusas.

O SR. LINO DE MATTOS — Estamos, isto sim, num entendimento de negociações de alto nível, em que países da América Latina, integrando-se economicamente, possibilitarão, em futuro próximo, ambiente mais humano, mais realístico, para suas populações.

O Sr. Heribaldo Vieira — O nobre orador permite um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com prazer.

O Sr. Heribaldo Vieira — Disse V. Exa. muito bem que esses ensinamentos em Punta del Este estão sendo conduzidos em nível elevado; que já se estabeleceu que cada nação do Continente americano terá seu programa de desenvolvimento, e que os auxílios virão apenas como subsídio, como ajuda supletiva para que eles sejam realizados. Mas cada nação terá programa próprio, de acordo com as suas peculiaridades.

O Sr. Novais Filho — Muito bem.

O SR. LINO DE MATTOS — Sr. Presidente, concordo com as palavras iniciais, entendendo que, desta feita, tivemos, graças à superior orientação do Presidente Jânio Quadros, uma conferência internacional que não se transformou em reunião social, sem sentido prático, sem sentido objetivo.

O Sr. Heribaldo Vieira — Muito bem!

O SR. LINO DE MATTOS — ... porque ali se realizou trabalho eficiente de que resultará não benefício exclusivo para o Brasil mas para todos os países da América Latina, mais necessitados do que nós, brasileiros dessa compreensão. Assim, países como a Bolívia, Paraguai, Equador, Venezuela, Peru, Guatemala, Costa Rica e tantos outros, pequenos e grandes, se integrarão na economia das Américas.

Cumpré pois ressaltar esse detalhe da maior importância — o comportamento da delegação brasileira — pois que ela se preocupou muito mais com os problemas dos outros do que com os do nosso país.

O Sr. Paulo Fender — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com todo o prazer.

O Sr. Paulo Fender — Corroborando o que disse V. Exa., merece aplausos as declarações do Ministro Clemente Mariani — nosso delegado — quando insistia, na Conferência, em que se deveria falar não de países subdesenvolvidos e sim de regiões subdesenvolvidas da América Latina.

O SR. LINO DE MATTOS — O aparte do nobre Senador Paulo Fender, confirma o final das minhas palavras: o Brasil se colocou nessa conferência internacional, na posição de liderança continental, a serviço dos irmãos latino-americanos.

O Sr. Heribaldo Vieira — O Brasil foi o grande mediador.

O SR. LINO DE MATTOS — Foi, como diz o nobre Senador Heribaldo Vieira, o grande mediador, o grande coordenador, o eficiente realizador. Com essas palavras, Sr. Presidente, insisto em que fiquem registradas nos Anais desta Casa, as nossas homenagens, por antecipação, pelo trabalho extraordinário que, em Punta del Este, realizou a delegação brasileira, sob a chefia do Exmo Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Clemente Mariani.

Era o que desejava dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira, como líder da Maioria.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Como Líder da Maioria) — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, há pouco tempo — não mais que três meses — o Presidente Jânio Quadros, através do Raio, da Televisão e de todos os meios de propaganda, levou ao conhecimento da Nação a Reforma Cambial que denominava de "verdade cambial".

S. Exa. reconhecia, como declarou várias vezes, que essa reforma provocaria um aumento no custo de vida que entretanto não passaria de 2%.

Confesso, Sr. Presidente, que me causava uma certa irritação, a repetição, a todo instante, dos propósitos do Governo com a reforma cambial. De vez em quando, na televisão, aparecia também a fotografia do Sr. Presidente da República; e S. Exa. reafirmava que, dentro de algum tempo, restabeleceria o custo de vida que com aquela medida, tenderia a crescer. Dizia também S. Exa., que acreditava que com isso o Governo se impopularizasse.

Entretanto, os jornais já publicaram, mesmo os que apoiaram a reforma cambial do Sr. Jânio Quadros, informação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de que o aumento, previsto em 2%, vai a muito mais; os 2% ficaram já para trás.

Os jornais de hoje do Estado de Guanabara, e os de ontem iniciaram uma campanha terrível para que o Presidente da República tome providências a fim de impedir a rápida ascensão do custo de vida, que se verifica atualmente.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Lino de Mattos — Quero fazer uma retificação às declarações de V. Exa. quando afirma que, na campanha, o então candidato Jânio Quadros, hoje Presidente da República, ou mesmo depois de empossado, teria declarado que tomaria providências para que o custo de vida descesse, o preço das mercadorias baixassem. Não houve por parte do candidato ou do Presidente da República declaração alguma nesse sentido. O Chefe da Nação teve como candidato, ação muito sincera, ao dizer à opinião pública que lutaria para estabilizar o preço do custo de vida, logo que conseguisse restabelecer a normalidade econômica e financeira do país. Alcançada essa normalidade aí, sim seria possível cogitar-se da estabilidade do custo de vida, mas prometer que iria baixá-lo, não. Jamais tal promessa foi feita. Esta a retificação que V. Exa. há de permitir eu faça constar do discurso de V. Exa.

O SR. LIMA TEIXEIRA — V. Exa. talvez não tenha apreendido bem o que eu disse. Falei que o Presidente Jânio Quadros afirmara que restabelecida a verdade cambial, a tendência era baixar o custo de vida. E S. Exa. fez essa declaração várias vezes, através dos jornais.

O Sr. Heribaldo Vieira — Justamente em decorrência da Instrução nº 204.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Aceito o aparte de V. Exa. Gostaria entretanto que os colegas me permitissem completar meu pensamento para depois então apartear-me. Do contrário, ao final do discurso se concluirá que os meus objetivos não foram alcançados em virtude da deferência para com os colegas, permitindo-lhes todos os apertes que queiram dar.

Sr. Presidente, vou explicar como alcançamos o alto custo de vida que se verifica nesse curto período do governo do Sr. Presidente Jânio Quadros.

Os jornais abrem manchetes, mas não é só. Um deles diz:

"Glamor público na Guanabara. Chega de aumentos."

Neste outro jornal se diz bem, porque não são cálculos que tenham sido forçados pelos jornais, são dados pelo IBGE. Demonstrei a verdade do que afirmo pelas declarações das quais lerei apenas uma passagem: E' "Última Hora quem afirma:

"Com o quilo de carne-verde elevando-se de 140 para 200 e 210 cruzeiros, a economia doméstica sofreu praticamente, aí, o seu maior golpe, somente igualado com o aumento do quilo do pão, que passou de 40 para 56 cruzeiros, do leite que subiu de 21,50 para 24,50 cruzeiros, entre os gêneros de primeira necessidade, e da lavagem de roupa que passou de 75 para 135 cruzeiros.

Por outro lado, as instruções 204 e 208 da SUMOC desencadearam uma corrida altista, que atingiu principalmente os derivados do petróleo, farinha de trigo e papel de imprensa. A gasolina comum, a exemplo, passou inicialmente de 96,60 para 17,50 e já está a 21,60 cruzeiros, sofrendo, portanto em apenas alguns dias, um acréscimo de 133 por cento, para não falarmos na gasolina azul, um pouco mais pura, que está quase a 30 cruzeiros.

Devido a este aumento, as companhias de transporte coletivo (ônibus, lotações e táxis) já se encontram, em fase de intensa campanha de reivindicação de aumentos não inferiores a 60 por cento sobre os preços atuais."

Eis por que, Sr. Presidente, com toda razão, as classes operárias e os sindicatos pleiteiam, neste instante, o aumento de salário. Não é possível que a corrida extraordinária da alta do custo de vida continue, como vem acontecendo, sem relatividade com os vencimentos do funcionalismo público e com o salário mínimo fixado para os trabalhadores.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Pois não.

O Sr. Lino de Mattos — Fiz oposição durante muitos anos e reconheço que a tese é fascinante. Nada melhor para impressionar a opinião pública do que a tática do aumento de custo de vida. Manda a lealdade que, nós situacionistas sejamos os primeiros a reconhecer que, efetivamente, tem havido aumento do custo de vida. Não se pode negar o que é evidente. Entretanto, se V. Ex.^a se der ao trabalho de examinar os preços das mercadorias — e não vou muito longe — de 1º de fevereiro de 1955, quando começou a gestão do Presidente Juscelino Kubitschek, e compará-los com os do dia 31 de janeiro de 1961, quando S. Ex.^a deixou o Governo, verificará que o aumento de preço de muitas mercadorias foi na base de 500, 600, 1.000 e 2.000%. Foram aumentos homeopáticos, em pequenas doses, não muito percebidos, não muito sentidos pela opinião pública por que não muito explorados por nós que faziam oposição. Ocorre no programa que o atual Presidente está seguindo e já tornou público, é que estamos, realmente, em busca não só da verdade cambial mas da verdade econômico-financeira da nação, quando se porá um parêntese definitivo a esta situação. Estou certo de que este dia não está longe. Vossa Ex.^a, em breve, terá oportunidade de registrar que esse dia chegará, normalizando-se a situação.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Só mesmo empregando-se o "slogan" da

loteria: "o seu dia chegará", porque, só mesmo com muita sorte, é que a ascensão vertiginosa de preços será contida. Infelizmente, como já declarei, o Presidente Jânio Quadros não foi para a campanha com um programa. Só agora S. Ex.^a lembrou-se de criar a Comissão Nacional de Planejamento. E a burocracia está dominando o Governo do Sr. Presidente da República e S. Ex.^a mesmo o reconhece, porque, numa das reuniões com seus ministros, num desses momentos em que se perde a serenidade, fez sentir a S. S. Exas. que era contra o excesso de burocracia. E, em todos os seus bilhetinhos, diz que não mais admite a burocracia o que indica que S. Ex.^a compreende que ela está travando o seu Governo.

O Chefe da Nação tem feito promessas a respeito da reforma cambial e um dos jornais que fez a sua campanha, o Diário de Notícias, ainda ontem publicou a seguinte afirmação, no seu artigo de fundo, o que aliás revela independência, porque parte de um jornal que apontou o Sr. Jânio Quadros como o melhor candidato para presidir a Nação.

E este mesmo jornal que condena a política de S. Ex.^a — gesto muito louvável, pois demonstra um sentido altamente democrático. Para conhecimento da Casa, passo a ler o artigo citado, sob o Título, "Bases de Operação".

Em março último, quando da entrada em vigor da Instrução 204, o Presidente da República e o Ministro da Fazenda, em sucessivos pronunciamentos públicos, manifestaram a convicção de que a reforma cambial que executavam não afetaria o nível dos preços além de 2 por cento. Os preços, porém, não se vêm comportando de acordo com tão autorizadas previsões oficiais.

Os próprios órgãos do governo revelam, a esse respeito, que a alta dos preços tem sido bem maior, notadamente quanto a gêneros alimentícios e ao vestuário, os que mais repercutem no desequilíbrio dos orçamentos individuais a que vivem adstritos os trabalhadores e a classe média, principais vítimas da pressão altista.

Um estudo recente realizado pelo IBGE, e que não atinge os meses de junho e julho, nos quais houve aumentos consideráveis, revela que os 2 por cento da estimativa presidencial foram excedidos em vários casos.

Cita, em seguida, os aumentos verificados, sobre os quais não entro em detalhe, devido a sua ampla divulgação através de imprensa.

Diante desses aumentos tão astronômicos, não resta aos trabalhadores senão pleitear novo Salário Mínimo. O preço da gasolina, fator de equilíbrio dos preços dos gêneros de primeira necessidade cujo transporte, em grande escala se faz por estrada de rodagem — em Brasília atingiu a vinte e seis cruzeiros e oitenta centavos o litro e, no Rio de Janeiro a vinte e um cruzeiros.

Sr. Presidente, custa-nos acreditar viesse o preço da gasolina — embora ainda não sejamos autosuficientes mas disponhamos de grande parcela — a atingir a tão alto preço. Como não iria isto repercutir terrivelmente sobre o custo da vida, mormente quanto aos gêneros de primeira necessidade? No entanto, o Sr. Presidente da República continua preocupado com as grandes sindicâncias e se esquece — esta é a verdade! — de exigir providências energéticas da COFAP, órgão incumbido de impedir a ascensão vertiginosa do custo da vida. Em grande parte, a inflação verificada tem como causa a ganância, a exploração dos que querem obter lucro fácil, que se aproveitam da situação para enriquecer tranquilamente,

em detrimento dos trabalhadores, daqueles que vivem de salários.

Que o Sr. Presidente da República, que tem demonstrado tanta energia tome providências no setor de abastecimento.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Lino de Mattos — Feriu V. Ex.^a com muito acerto, um dos aspectos do aumento do custo de vida. Na realidade, ele deve ser dividido em duas partes distintas: há o aumento proveniente do reajustamento da situação financeira do País, que se qualificou, muito bem, de "verdade cambial". Este aumento era inevitável. Não houvesse a Instrução 204 e as demais, o aumento teria se verificado por força da inflação a que o País estaria obrigado no Governo rigoroso do Presidente Jânio Quadros. Mas a diferença entre o aumento resultante da inflação e o resultante das Instruções é que enquanto a inflação não seria contida jamais sem uma providência drástica, como a que foi tomada. Porque o aumento resultante do reajustamento, por força dessas Instruções, chamadas "Verdades Cambiais" tem um termo e para. O outro aspecto é o aumento resultante da exploração. Neste particular estou realmente de acordo com V. Ex.^a. Infelizmente as medidas que deveriam ser policiais, ainda não lograram êxito na repressão aos exploradores dos necessitados.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Obrigada por esta concordância de V. Ex.^a num setor que sentimos, a olhos vistos, apesar de ter à sua frente um militar que segundo a nossa Imprensa é homem energético. Não conheço legislação que dê maiores poderes, inclusive prisão de infratores, do que a que dispõe a COFAP. No entanto aí está a Lei de Economia, a Lei de defesa...

O Sr. Lino de Mattos — V. Ex.^a está equivocado. A COFAP, não tem esses poderes e, por esta razão o Sr. Presidente da República insiste com o Congresso para que lhe dê a Lei Anti-Truste.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Eu trarei aqui a legislação de que dispõe a COFAP, que lhe dá poderes inclusive para a prisão de infratores. Mas continua aquela oração permitindo e concedendo aumentos sem uma análise metódica nas fontes de origem, para conhecer as causas.

da inflação tão assustadora de preços que se vem verificando ultimamente. A reforma cambial, afirmou muitas vezes o Sr. Presidente da República, irá provocar a alta do dólar; mas dentro de algum tempo ele se normaliza. E não é isso o que se verifica. Aqui está um comentário do próprio "Correio da Manhã", do Senhor Darwin Brandão:

A notícia dia a dia

O mercado de câmbio assinalou maior procura do dólar esta semana. Alguns dias, como 5v. e 6.^a-feira o mercado esteve bastante agitado. Os meios financeiros estão vendo com alguma preocupação o fato da acertada política cambial e monetária e mesmo bancária não ter correspondência na área fiscal e orçamentária. Por outras palavras: o rigor que o governo impõe às finanças privadas não é correspondido com medidas severas visando a redução do "deficit". Em consequência o cruzeiro começou a deteriorar novamente no mercado de câmbio.

Mas Sr. Presidente, além desse aspecto da vida brasileira verifica-se que de hora a hora a situação do País se agrava. E' imprescindível que a Imprensa — e aqui se há-de conceder a que protesta veementemente — e nós outros, representantes dos

Estados e do Povo, reclamemos do Chefe da Nação e solicitamos providências energéticas contra o que vem ocorrendo. Se S. Ex.^a, dinamizasse o Ministério da Agricultura e promovesse o desenvolvimento da lavoura de subsistência, como o milho, o arroz, o feijão e a mandioca, possibilitando aos pequenos agricultores maiores safras, talvez estivesse concorrendo para minorar a situação difícil que o País atravessa. Mas o Ministério da Agricultura vive em abandono. Senhor Presidente, qual a medida até agora tomada pelo Governo para dinamizá-lo? Nenhuma, ao que me consta. S. Ex.^a, deve conduzir o seu Ministro da Agricultura a promover nos Estados, através da Seção de Fomento Agrícola e desenvolvimento da lavoura de subsistência que tanto necessita, neste instante, de amparo para que possa oferecer abundância de produtos, na concorrência normal, consequentemente baratear os preços, a fim de que a classe menos favorecida, aquela que vive de salários mais baixos possa usufruir uma situação de equilíbrio.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muita honra.

O Sr. Lino de Mattos — Estou certo de que no íntimo V. Ex.^a está convencido de que comete injustiça contra o Sr. Ministro da Agricultura, porque, nobre Senador Lima Teixeira, numerosas vezes, no Governo passado, V. Ex.^a, ocupou a tribuna para criticar exatamente esse setor ministerial pelo abandono em que o mesmo se encontrava. E' mal antigo do Ministério da Agricultura. O Governo passado, bem como os outros governos se interessaram pouco por esse setor. Coube exatamente à atual administração a preocupação maior em favor do Ministério da Agricultura. Uma das primeiras providências tomadas foi a que diz respeito ao preço mínimo para os gêneros de primeira necessidade. Hoje, o lavrador já sabe que quando planta feijão, arroz, milho, etc., esses artigos principais na alimentação têm preço mínimo garantido, o que não acontecia no passado. Outras providências estão sendo tomadas: quanto à que diz respeito ao crédito fácil, acessível aos pequenos lavradores, o Banco do Brasil está se dando ao luxo de percorrer, em viaturas próprias, o interior do País, oferecendo dinheiro aqueles que querem efetivamente trabalhar a terra. De sorte que esses resultados, Vossa Ex.^a, deve compreender, homem experimentado que é, não podem ser imediatos. Estamos começando agora seis meses de administração. Durante estes seis meses o Governo pode se dar por feliz em coordenar aquilo que estava desordenado, o que estava anarquizado. Assim, neste particular Vossa Ex.^a está equivocado. O Ministério da Agricultura está em mãos de um homem da terra, de um agricultor, homem que conhece o métier. Os resultados virão a seu tempo. Seis meses — V. Ex.^a, há de compreender — é bem pouco tempo.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Senhor Presidente, o nobre Senador Lino de Mattos revela uma faceta da minha atitude nesta Casa. Critiquei, realmente, muitas vezes o Ministério da Agricultura; critiquei-o porque achava que devia seguir novos rumos; e quando criticava o Ministério da Agricultura, criticava o meu Partido, porque seu titular era do Partido Trabalhista Brasileiro.

Por outro lado, no entanto, afirmava que o Partido não tinha culpa, porque de qualquer forma era um componente do Governo.

Declarei, nessa ocasião, que o Partido deveria ter firmado um convênio com o próprio Governo, na ocasião em que trocava seu apoio, no sentido de exigir determinadas medidas em favor do homem do campo, e ama

deles seria a que eu anuno-ara desta tribuna: o desenvolvimento das lavouras e subsistência e assistência ao produtor, proporcionando-lhe crédito fácil, a juros baratos, facilitando-lhe a aquisição de máquinas agrícolas e tratores, para que pudesse trabalhar mais barato e fazer crescer o custo da produção.

Muitas vezes trouxe ao conhecimento da Casa e os fatos camuflados para quem conhece agricultura.

No entanto, o nobre Senador Lino de Faria fala em apenas seis meses. Isto, não, Sr. Presidente, para se fazer coisa tão fácil, qual a que se organizar um programa. O Sr. Jânio Quadros, ao assumir o Governo, já alertava que dificuldades iam surgir, mas isso porque S. Exa. não se preparara, no setor agrícola, para fazer face às dificuldades que estamos sentindo com muito mais força neste instante.

Pois bem, Sr. Presidente, era como Líder da Maioria em exercício que queria trazer a minha crítica ao Sr. Presidente da República; mas, ao mesmo tempo, pedir a S. Exa. que, mais do que nunca, volva suas vistas para o Ministério da Agricultura. Não encaro, aqui, a pessoa do Ministério e sim um setor da administração pública, que precisa ser dinamizado, que precisa corresponder à expectativa daqueles que acreditam na Agricultura. É preciso se dar sentido real à frase que corre mundo, de que o Brasil é País essencialmente agrícola.

Precisamos, como nunca, fortalecer o Ministério da Agricultura que, talvez, — muito embora assim não o reconheça o cidadão — seja o Ministério mais importante da Administração. Precisamos, pelo menos, da conjugação de esforços do Ministério da Agricultura, do Serviço Social Rural, da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, do Serviço Nacional de Imigração e Colonização, setores que se funcionarem entrosadamente e não dispersivamente, como na atualidade, poderão prestar reais serviços à agricultura brasileira.

Sob este aspecto é que invoco a atenção do Sr. Presidente da República, que se tem revelado homem eminentemente enérgico e que não pode nem deve quedar-se indiferente à ascensão vertiginosa do custo de vida, contra a qual todos os jornais já clamam. Fique ciente S. Exa. de que é muito mais perigoso permitir que o povo amanhã sinta agravar-se a situação de necessidade em face dos salários baixos e do alto custo da vida, o que poderá resultar em sérias dificuldades para o Governo, maiores do que as preocupações que S. Exa. tem tido em relação a fatos de somente importância, corriqueiros, como por exemplo, as rinhadas de gala, a indumentária das moças em concursos de beleza, proibindo o uso de máfias, a roupa do funcionalismo público, enfim, que S. Exa. se preocupe com os problemas nacionais de maior repercussão, como este que atinge diretamente o povo, — o aumento do custo de vida.

Sr. Presidente, não vejamos em minhas palavras os nobres colegas situacionistas senão o propósito de corrigir, de apontar solução para certos erros que venho notando na administração do Sr. Jânio Quadros. S. Exa. é um homem enérgico, capaz, portento, de dar solução a muitas problemas. Acredito, aliás, que S. Exa. esteja imbuído de boa fé, seja um homem bem intencionado, desejoso de servir ao seu País.

Aí, o fato é que a burocracia domina o Governo. E S. Exa. deve, o quanto antes — já que foi para sua campanha eleitoral e, depois conduzido à curul presidencial com apoio realmente esmagador — sair desse indiferentismo, especialmente quando a sorte do povo, diante de um problema para o qual não é o Líder da

Maioria, em exercício, que clama, mas toda a imprensa brasileira.

Este, portanto, o apelo que deixo aqui, pedindo ao Sr. Presidente da República volte seus olhos para a agricultura, de sentido real aqueles que queriam a defesa da produção agrícola, que se deducam a agricultura de subsistência, e S. Exa., amanhã, poderá até se fortalecer no Poder. Mas não se lida S. Exa. com receposos reais: quando o povo estiver descontente e a fome bater à porta do trabalhador, S. Exa. não tenha dúvida sobre o que poderá suceder. Não se empolgue com festejos, porque acima de tudo isso está um fato que poderá conduzir S. Exa. a um grande desprestígio. Portanto, trate de obviar esse acontecimento, trate de evitar que a fome venha bater à porta daqueles que trabalham em prol do desenvolvimento da Nação.

O Sr. Novaes Filho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — É sempre com muito prazer que recebo os aparte de V. Exa.

O Sr. Novaes Filho — Estou ouvindo o discurso de V. Exa. com a atenção que sempre me merecem suas intervenções neste plenário.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Grato a V. Exa.

O Sr. Novaes Filho — E até louvo a atitude de V. Exa., porque um plenário sem Oposição é um velório.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito bem!

O Sr. Novaes Filho — É um Governo sem Oposição...

O SR. LIMA TEIXEIRA — É um Governo sem fiscalização!

O Sr. Novaes Filho — ... perde, realmente os melhores elementos de adjuvência, de crítica e de sugestões, que ajudam o governante a construir. A atitude de V. Exa. realmente é digna dos nossos louvores, embora, sustente pontos de vista diferentes dos que nós, da área governista, sustentamos. Parece-me que V. Exa. faz uma injustiça ao Chefe do Estado quando diz que S. Exa. está indiferente à produção agrícola, não adotando medidas no sentido de incrementá-la. Lembraria ao nobre colega duas medidas adotadas pelo Presidente Jânio Quadros, medidas que eu vinha reclamando há dezesseis anos, como Senador pelo Estado de Pernambuco: a facilidade de crédito agrícola e o estabelecimento de preços mínimos. A primeira — a facilidade de crédito — já outro dia tive ensejo de me referir, lendo até declarações do Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil — creio que V. Exa. estava presente na ocasião — ...

O SR. LIMA TEIXEIRA — Perfeito.

O Sr. Novaes Filho — ... sobre o novo sistema de crédito ambulante que já penetrou o interior de vários Estados, levando o crédito aos agricultores, pelos campos, com muita facilidade. A segunda medida adotada por S. Exa., também salutar, representará grande assistência ao agricultor e levará novo ânimo aos lavradores — a fixação de preços mínimos para os principais gêneros alimentícios. V. Exa. e também eu, que defendemos os interesses dos homens do campo, devemos nos congratular com o Presidente Jânio Quadros pelas duas providências de extraordinário alcance, que trarão, certamente, os benefícios que objetivam.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Sr. Presidente, não há que negar, no acervo de medidas acertadas do Sr. Presidente da República, este da fixação de preços mínimos. Trata-se, no entanto, de medidas esparsas no setor da agricultura.

O Sr. Novaes Filho — Não são esparsas. São medidas de ordem geral, adotadas para o País inteiro.

O SR. LIMA TEIXEIRA — S. Exa. não desmerece com a disposição

de criar, na opinião pública a certeza de que marcha para a batalha da produção. Não, Sr. Presidente! Basta de medidas esparsas através de bilhetinhos! Não vemos o Sr. Jânio Quadros conjugar esforços com os vários setores da própria Administração Pública, visando a solução do problema agrícola. Vemo-lo adstrito ao despaço dos bilhetes ou má criação dos Grupos de Trabalho, em vez de adotar medidas objetivas. S. Exa. que consueve os homens atentos nos assuntos agrícolas, os próprios agricultores, a fim de levar a efeito um programa que, se não solucionar todos os problemas, pelo menos resolva da agricultura, o que influirá consideravelmente no barateamento do custo de vida ou pelo menos na sua estabilização.

Imagine V. Exa. o que ocorrerá no dia em que tivermos grandes safras de cereais e não pudermos colocá-los, com facilidade, nos maiores centros consumidores do País. Cairão ou não os preços, em virtude da concorrência oriunda do aumento da produtividade? E' ou não uma verdade? Até os que possuem rudimentos de Economia a conhecem.

Que o Sr. Jânio Quadros mude de rumo. Que S. Exa. que gosta tanto das manchetes dos jornais, lance o slogan: "Marchemos para a batalha da produção!"

Que convoque os homens de maior responsabilidade, no setor agro-industrial, e leve a efeito um programa mínimo de execução, expandindo a nossa produção, dando sentido mais objetivo à produtividade, isto é, uma possível maior produção numa área menor.

Se S. Exa. chegar a esse caminho teremos menos homens ocupados no campo para uma maior produção, colocando-se o excedente — pois são muitos os que aí trabalham, cerca de vinte milhões, segundo o IBGE — noutras áreas, noutras setores. Com número menor de trabalhadores, obteríamos produção maior se, porventura, procurássemos desenvolver a produtividade numa área menor, para conseguir uma produção razoável. Acontece, no momento, que temos áreas imensas para uma produção pequena.

Se o Sr. Presidente da República volver as vistas para o campo chegará sem esforço, mercê de seus seis meses de governo, a resolver um dos problemas que afligem as classes proletárias, neste instante.

Caso contrário, marcharemos fatalmente para o aumento do salário-mínimo. Teremos e não há quem o impeça, nem o Presidente da República — que procurar novos níveis salariais para atender aos trabalhadores porque, com o que percebem atualmente, morrerão de fome.

O Sr. Novaes Filho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Novaes Filho — Acredito que V. Exa., muito breve, verá atencioso os objetivos por que tanto se bate. Tão cedo verifique já existirem condições orçamentárias para uma grande campanha de desenvolvimento agrícola ainda no seu ponto inicial. V. Exa. mesmo, que tanto exaltava nesta Casa a administração do antigo Chefe de Estado, sempre lhe fez a restrição de que esquecera o problema da agricultura.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não deu às atividades agrícolas a ênfase que deveria dar, como o fez quanto ao setor industrial.

O Sr. Novaes Filho — Não se conhece medida do Governo Kubitschek de animação à atividade agrícola. Nada o Sr. Jânio Quadros encontrou iniciado. Encontrou — isto sim — a situação financeira que V. Exa., com seu alto senso de justiça, há de reconhecer das mais críticas, com o País numa crise inflacionária tremenda. Assim a preocupação primeira do Sr. Jânio Quadros é sanear as finanças

dar equilíbrio ao Orçamento e, sobretudo, revitalizar a moeda que encontrou em situação de penúria. Isto feito, teremos grande campanha agrícola e, conseqüentemente, o que V. Exa. e todos nós desejamos: custo de vida equilibrado e melhores condições de vida para o povo.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Agrado o aparte sensato e ponderado do nobre Senador Novaes Filho, que é também conhecedor dos problemas agrícolas. Como agricultor, sabe S. Exa. que é necessário haver, da parte do Governo, medidas de proteção ao próprio agricultor que, em certas regiões do Brasil, é tão pobre quanto o trabalhador rural.

O Sr. Novaes Filho — Muito bem!

O SR. LIMA TEIXEIRA — Já tramitam nesta Casa projetos com o objetivo de dar assistência ao trabalhador rural, como se ele tivesse a situação do trabalhador cidadão. Tais iniciativas podem provocar, mercê — repito — do nosso desejo de amparar esses trabalhadores, certo impacto que fará cair a produção agrícola. O mesmo pode ocorrer quanto à reforma agrária, com a qual estamos todos preocupados e que não será fácil de realizar.

Ainda ontem, li uma declaração do Sr. Jânio Quadros que se encontra em Bertoga. Um jornalista, ao entrevistar S. Exa. sobre a Reforma Agrária, obteve a resposta de que não havia dúvida alguma quanto à sua imediata aplicação, que acabaria com os latifundiários.

Ora, Sr. Presidente, quais são esses latifundiários? Quem ficaria com as grandes áreas de terra sem produtividade?

O Sr. Paulo Fender — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Paulo Fender — Quero lembrar a V. Exa. que, no seu projeto de Reforma Agrária, o Deputado José Joffily disse que mais da metade da superfície total das propriedades, é composta de fazendas de mil hectares para cima. Dos 232 milhões de hectares que integram os estabelecimentos agropecuários do Brasil, 193 milhões pertencem a 300 mil proprietários. Assim, apenas 4% da população nacional possui terras agrícolas. Veja V. Exa. que não são as terras devolutas e inférteis que nos interessam, e sim as terras de estabelecimentos agropecuários: aí é que estão os grandes latifundiários, que nós, representantes do Partido Trabalhista Brasileiro, devemos combater. Essas terras terão que ser entregues a aqueles que a possam fazer produzir. E a elas que se refere — peço eu — o Sr. Presidente da República.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Veja V. Exa., Sr. Presidente, como estão iludidos os homens que não vivem na terra, que não a conhecem.

O Sr. Paulo Fender — São estatísticas fidedignas.

O SR. LIMA TEIXEIRA — O Deputado José Joffily deve ser um desses. (Riso).

Se demonstrássemos, Sr. Presidente — e V. Exa. é do Nordeste — a pobreza terrível daquela região provaríamos que o proprietário agrícola, o dono das terras, é quase sempre tão pobre quanto o trabalhador. São terras áridas, incultas, e o proprietário não dispõe de meios para adubá-la, irrigá-la, e plantá-la, nem sequer para retirar os meios de subsistência da própria família. Querem então, tornar mais pobre quem já é muito pobre? E' o que pretendem fazer?

Não se devia, em primeiro lugar, dar assistência a esse homem, que é pobre, que não dispõe de meios, nem de recursos bancários; que tem apenas a sua terra, que é deserta do sem fim? Num País de áreas imensas como o nosso?

Não seria mais válido dar-lhe recursos, e possibilidades de conseguir trabalhadores para uma terra árida onde chove apenas uma vez ou outra? Não seria mais fácil isso do que di-

vidir as glebas e entregá-las ao próprio trabalhador nem sempre alfabetizado, nem sempre possuindo conhecimentos sobre o trato da terra; sabendo apenas que vive, só porque vive mas possuindo, em si uma grande resistência para suprir as deficiências locais e do ambiente.

Que se pretende então na reforma agrária? Para isso é que o Presidente Jânio Quadros deve atentar. Dividir as terras mais próximas aos centros de consumo, onde existem estradas de rodagem, onde há facilidade de tráfego? E tomar-las daquelas que é proprietário, que até agora não encontrou assistência por parte dos bancos para poder fazê-las produzir, com o fito único de subdividi-las em pequenas glebas e entregá-las aos trabalhadores?

Entretanto, Sr. Presidente, o cidadão não irá para o campo; ele desconhece a luta da terra (não sabe dos sofrimentos daqueles que vivem no campo. Não irá pois para lá e não investirá capital na vida agrícola.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muita honra.

O Sr. Lino de Mattos — Na entrevista concedida pelo Presidente Jânio Quadros, e de que V. Ex.^a acabou de ler um tópico, S. Ex.^a afirmou que a terra deve ser distribuída a quem quer produzir em benefício de todos. Nessa frase está a filosofia da reforma agrária. Não se trata de tomar a terra de quem quer que seja em benefício de quem quer que seja. É uma reforma agrária para quem quer produzir e quem quer produzir, também terras para fazê-lo. Há uma diferença imensa entre a reforma agrária que V. Ex.^a imagina será feita e aquela que realmente deve ser feita. É evidente que paralelamente com a distribuição de terras haverá condições para que o lavrador possa produzir. Do contrário ficamos na mesma.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Essa notícia da desapropriação de terras próximas aos centros de maior consumo...

O Sr. Lino de Mattos — Não há nada de novo na entrevista do Presidente.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não é isso que o Presidente da República é da República.

É um outro que não chegou a alcançar a Presidência da República. O Ministro José Américo de Almeida que através de entrevista aos jornais, quando aqui esteve, assim se manifestou.

O SR. PRESIDENTE:

(Fazendo soar os tambores) — Lembro ao nobre orador que dispõe de dois minutos para concluir suas considerações.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Vou terminar, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Fender — Pediria ao nobre colega permissão para fazer pequena ponderação a fim de completar o retrato do latifúndio de acordo com o Deputado José Joffily. Acrescenta S. Ex.^a:

"Dos 232 milhões de hectares que integram os estabelecimentos agro-pecuários do Brasil, 196 milhões pertencem a 300 000 proprietários. Assim, apenas 4% da população nacional possuem terras agrícolas. Mais da metade da superfície das propriedades é composta de fazendas de mil hectares acima. Para completar o retrato do latifúndio, acrescenta-se que existem ainda 1.661 propriedades de mais de 10.000 hectares, muitas delas de um só dono.

As estatísticas oficiais mostram também certas de propriedades com fazendas maiores que o Estado da Guanabara, enquanto 99% dos brasileiros não possuem terras".

Moventa e seis por cento não possuem terras. Veja V. Ex.^a que o latifúndio existe como uma realidade e as terras mais produtivas, as que não

precisam de trato — acentua — estas estão em mãos de latifundiários que as não exploram convenientemente. É preciso que a lei venha para acabar com esse latifúndio e tornar a reforma agrária uma realidade. V. Ex.^a imagina uma reforma agrária que não está em nossas cogitações.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Sr. Presidente, V. Ex.^a, homem do campo pode imaginar que um grande proprietário de terras passe pelas privações que sofrem os pequenos agricultores do Nordeste, ou mesmo os grandes agricultores, sem se decidir a vender essas terras? Não as dividiria para vendê-las logo a fim de conseguir algum recurso para tratar a área que conservasse?

O Sr. Paulo Fender — Vender a quem?

O SR. LIMA TEIXEIRA — V. Ex.^a chegou ao ponto que eu queria. São terras abandonadas vendidas a dez reis de mel coado. Ninguém suponha que a reforma agrária virá como se está pretendendo, jogando-se trabalhadores contra proprietários agrícolas. É um engano e é um erro. Quero ver qual o Presidente que executará a reforma agrária guiado pelos acontecimentos de Cuba. Cuba é uma área territorial pequena! Se o Brasil fosse do tamanho de Cuba, talvez a reforma agrária daquele país nos trouxesse resultados magníficos. No Brasil, os proprietários, em grande parte, senão na maioria, são tão pobres quanto os trabalhadores; devemos, pois, começar por auxiliar o agricultor, para que possa realmente produzir, e ao trabalhador, dar parte da área para que cultive e possa ser dono da terra.

Não pense, Sr. Presidente, que sou contra a reforma agrária ao contrário sou seu apologeta mas em termos com a cabeça para cima — os pés na terra, a fim de que consultando os interesses da coletividade dos agricultores abandonados do país se torne uma realidade.

E no dia em que isto acontecer, o terrível custo de vida que aí está e o que tenho combatido será amenizado consideravelmente porque o futuro do nosso país está na agricultura. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra para explicação pessoal, o nobre Senador Saulo Ramos.

O SR. SAULO RAMOS:

(Para explicação pessoal. Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, representante que sou do Estado de Santa Catarina acabo de ser honrado com um telegrama da Câmara Municipal de Casemiro de Abreu no Estado do Rio, cujo teor é o seguinte:

"Em meu nome, do povo e da Câmara Municipal solicito ao prezado Senador para interceder junto ao Sr. Presidente da República, no sentido de determinar esta restabelecida a antiga parada de trens noturnos desta cidade, pois acaba de ser suspensa a ordem do 2º Distrito trazendo sérios prejuízos. A população está revoltada pois trata-se de sede de município. Abracos do Vereador Ilmar dos Santos".

O aprazível município Iluminense, encravado entre a serra de Friburgo e o Atlântico tornou-se, aos poucos, centro do progresso regional. Ali florescem lavouras e árvores frutíferas normais, mais variados climas e o sistema agro-pastoril se avoluma cada dia mais. Casemiro de Abreu é hoje um município aberto ao turismo e preparado para descanso pelos cariocas.

O apelo que me checou às mãos é dos mais justos. Com a construção da BR-5, Estrada Rio-Bahia — aquele município ficou completamente isolado dos centros populacionais. Por esse motivo, desta tribuna solicito ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas bem como ao Presidente da Rede Ferroviária Federal, que atendam ao apelo da Câmara Municipal de Casemiro de Abreu. (Muito bem).

O SR. MEM DE SA:

(Pela ordem — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, creio que a subemenda à Emenda n.º 185 não prejudica a emenda. Ela é aditiva.

O SR. PRESIDENTE:

Acolhendo a questão de ordem levantada pelo eminente Senador Mem de Sá, devo esclarecer que terá de ser votada em primeiro lugar a Emenda n.º 185. Esta emenda acrescenta, depois da palavra "nomeados", a seguinte expressão: — "por um período de três anos". A subemenda pretende que o período seja até três anos, ou seja, no máximo de três anos.

Em votação a Emenda n.º 185.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa)

A emenda foi rejeitada.

A subemenda ficou prejudicada.

O SR. MEM DE SA — A subemenda ficou prejudicada?

O SR. PRESIDENTE:

O principal foi extirpado. O acessório acompanhou.

Emenda rejeitada

EMENDA N.º 185

Ao art. 76.

Acrescente-se depois da palavra nomeado, a expressão "por um período de três anos".

Subemenda prejudicada

SUBEMENDA À EMENDA N.º 185

Ao art. 76, acrescente-se, depois da palavra "nomeados" a seguinte expressão:

"... por um período, no máximo de três anos".

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à votação da Emenda n.º 68 que tem a seguinte redação:

"O corpo discente elegerá representante com direito a voto, nos conselhos universitários e nos conselhos departamentais das universidades e escolas superiores, na forma dos estatutos ou regimentos das referidas entidades."

Essa emenda recebeu subemenda. Entretanto, esta no caso, não tem prioridade sobre a emenda.

Em votação a Emenda n.º 69.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer como se encontram.

(Pausa)

Está aprovada.

Passa-se à votação da subemenda que é aditiva e manda acrescentar, depois das palavras: "O corpo discente..." a seguinte expressão:

"Os Diretórios Acadêmicos e os Grêmios Estudantes são os órgãos oficiais na classe estudantil e a eles deve caber como órgãos representativos da classe, expressar-lhe o pensamento, com direito a voto, nos órgãos superiores das Universidades."

Em votação a subemenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer como se encontram.

(Pausa)

Está aprovada.

As votações que acabam de ser feitas prejudicam a Emenda n.º 186.

E a seguinte:

EMENDA N.º 186

Ao Art. 78

Substitua-se pelo seguinte:

O corpo discente através de seus órgãos ou diretórios acadêmicos...

ORDEM DO DIA

SESSÃO DE 16 DE AGOSTO DE 1961

(Quarta-feira)

Matéria em regime de urgência

1 — Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1960, de autoria do Sr. Senador Gilberto Marinho, que modifica os Decretos números 942-A, de 31-10-1890 e 22.414, de 30-1-1933 (referentes ao Montepio dos Funcionários Públicos Civis da União) em regime de urgência nos termos do art. 330, letra c, do Regimento, em virtude do Requerimento n.º 324, de 1961, do Sr. Juracy Marinho e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 10 do corrente dependente de Pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; de Serviço Público Civil; de Legislação Social e de Finanças.

Matéria em tramitação normal

Votação

2 — Votação da redação final do projeto de Lei da Câmara n.º 48, de 1961 (n.º 1.477, de 1960), na Câmara, que concede isenção dos impostos de importação, exceto a taxa de despacho aduaneiro, para equipamento importado por Indústrias I. B. Saba Sociedade Anônima, de Manaus, Amazonas, destinado à instalação de uma fábrica de compensados e laminados de madeira (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 451, de 1961).

3 — Votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara n.º 86, de 1961 (n.º 2.095, de 1960, na Câmara) que isenta do imposto de importação e consumo, ressalvada a taxa de despacho aduaneiro, equipamento telefônico importado pela Cia. Telefônica de Campo Grande, Estado de Mato Grosso (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 459, de 1961).

Discussão

4 — Discussão única da redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 6, de 1961 (número 883, de 1959, na Câmara), que isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico a ser importado pela Telefônica do Jataí S.A., para instalação de serviço de telefones na cidade de Jataí no Estado de Goiás (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 457, de 1961).

5 — Discussão única da redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei n.º 53, de 1961 (n.º 2.516, de 1957, na Câmara), que concede isenção de direitos e taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, para equipamentos telefônicos importados pela Companhia Telefônica Alfa Paulista (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 460, de 1961).

6 — Discussão única da redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 16, de 1961, que revoga o art. 1º da Lei n.º 3.751, de 13-4-60 (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 458, de 1961).

Está encerrada a sessão

Levantou-se às 16 horas e 11 minutos.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA n.º 49-61

O Primeiro Secretário designa, de acordo com o artigo 51, letra A, do Regimento Interno, Neuza Rita Falcão Monteiro, Oficial Legislativo, PL-6, para exercer a função de An-

xiliar de Gabinete do Senhor 1º Suplente.

Secretaria do Senado Federal, em 14 de agosto de 1961. — *Senador Novais Filho*. — 1º Secretário, em exercício.

Atos do Diretor Geral

O Diretor Geral deferiu os seguintes requerimentos:

De *Edila Macedo Ribeiro*, Taquígrafo, PL-7, solicitando férias regulamentares, a partir de 31 de julho do corrente ano, período de 1961;

De *José Euvaldo Peixoto*, Taquígrafo, PL-7, solicitando férias regulamentares a partir de 3 de agosto corrente, período relativo a 1960;

De *Wilson Menezes Pedrosa*, Almo-xarife, PL-7, solicitando férias regu-

lamentares, relativas ao período de 1959, a partir de 7 de agosto corrente;

De *Georgeta Kuntz*, Oficial Legislativo, PL-6, solicitando férias regulamentares referentes ao ano de 1960, a partir de 8 de agosto corrente;

De *Renato de Almeida Chermont*, Oficial Legislativo, PL-4, solicitando 28 dias restantes de férias relativas ao período de 1959, a partir de 14 de agosto corrente.

De *Hugo Rodrigues Elgueiredo*, Auxiliar Legislativo, PL-9, solicitando férias regulamentares, a partir de 14 de agosto corrente, relativas ao período de 1961;

De *Maria Clara Coelho Baumann das Neves*, Auxiliar Legislativo, PL-9, solicitando férias regulamentares a partir de 16 de agosto corrente, relativas ao período de 1961;

De *Herculano Ruy Vaz Carneiro*, Assessor Legislativo, PL-3, solicitando férias regulamentares, a partir de 14 de agosto, corrente referentes ao período de 1960;

Secretaria do Senado Federal, 14 de agosto de 1961. — As.) *Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva*, Diretora do Pessoal;

PORTARIA Nº 148 DE 14 AGOSTO DE 1961

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar, a pedido, das funções de Chefe da Seção de Administração, da Diretoria do Pessoal, *Neuza Rita Perácio Monteiro*, Oficial Legislativo, PL-6, elogiando-a pelos excelentes serviços prestados. — As.) *Evandro Mendes Vianna*, Diretor Geral.

PORTARIA Nº 149 DE 14 DE AGOSTO DE 1961

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar *Vera de Alvarenga Mafra*, Oficial Legislativo, PL-7, para exercer as funções de Chefe da Seção de Administração da Diretoria do Pessoal. — As.) *Evandro Mendes Vianna*, Diretor Geral.

PORTARIA Nº 150 DE 14 DE AGOSTO DE 1961

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar *Maria Cherubina Costa*, Oficial Legislativo, PL-6, para exercer as funções de Chefe da Seção de Registro da Diretoria do Pessoal. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor Geral.